



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Técnico Judiciário

Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo K10 , Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Março/2006

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 8 apóiam-se no texto apresentado abaixo.

Rios caudalosos e lagos deslumbrantes, cachoeiras e corredeiras, cavernas, grutas e paredes. Onças, jacarés, tamanduás, capivaras, cervos, pintados e tucunarés, emas e tuiuiús. As maravilhas da geologia, fauna e flora do Brasil Central reunidas em três ecossistemas únicos no mundo – Pantanal, Cerrado e Floresta Amazônica –, poderiam ser uma abundante fonte de receitas turísticas. Mas não são, e os Estados da região agradecem.

Para preservar seus delicados santuários ecológicos, o Centro-Oeste mantém rigorosas políticas de controle do turismo, com roteiros demarcados e visitação limitada. Assim é feito em Bonito, município situado na Serra da Bodoquena, cujas belezas naturais despertaram os fazendeiros para as oportunidades do turismo.

(Adaptado de **O Estado de S. Paulo**, Novo mapa do Brasil, H16, 20 de novembro de 2005)

1. – *Pantanal, Cerrado e Floresta Amazônica* – (5ª e 6ª linhas)

Os travessões isolam, considerando-se o contexto,

- (A) ressalva à afirmativa anterior.
- (B) reprodução de opinião pessoal.
- (C) enumeração explicativa.
- (D) repetição desnecessária.
- (E) citação conclusiva do parágrafo.

2. ... *cujas belezas naturais despertaram os fazendeiros para as oportunidades do turismo.* (final do texto)

O termo grifado na frase acima está corretamente substituído pelo pronome correspondente em

- (A) lhes despertaram.
- (B) despertaram eles.
- (C) despertaram-lhes.
- (D) despertaram-los.
- (E) os despertaram.

3. Há palavras escritas de forma **INCORRETA** na frase:

- (A) Os proprietários, conscientes da necessidade de preservar o equilíbrio ecológico, criaram regras rígidas de controle das atividades de turismo.
- (B) Os empreendimentos turísticos da região Centro-Oeste são diversificados, desde atividades culturais até a prática de esportes náuticos e radicais.
- (C) As atividades turísticas no Pantanal devem adaptar-se às condições climáticas da região, que permanece alagada e intransitável metade do ano.
- (D) A exploração não predatória das maravilhas naturais da região Centro-Oeste constitui um itinerário bastante atraente para o turismo ecológico.
- (E) O turismo ecológico é seletivo e oferece atrações, como o lazer urbano e rural, que não comprometem o equilíbrio do meio ambiente.

4. A concordância está correta na frase:

- (A) Alguns proprietários, que perceberam o potencial turístico da região, investiram em projetos voltados para atividades que não prejudiquem o meio ambiente.
- (B) As maravilhas da geologia, da fauna e da flora do Brasil Central representa um paraíso que não foram feitas para o turismo de massas de visitantes.
- (C) As visitas a algum santuário ecológico deve ser agendado com antecedência e feito em pequenos grupos de turistas, monitorados por guias treinados.
- (D) Romarias religiosas e festas folclóricas serve como atração a grande parte de turistas, que deseja visitar a região Centro-Oeste do Brasil.
- (E) O potencial turístico da região central do país abrangem atividades variadas, que justifica os novos e múltiplos investimentos no setor.

5. O verbo flexionado corretamente está grifado na frase:

- (A) Empresários requiseram licença ambiental para desenvolver seus projetos.
- (B) Muitos turistas vinherão ao Brasil central, atraídos pelos esportes náuticos.
- (C) Os investidores disporam-se a desenvolver um turismo ecológico na região.
- (D) Sobrevieram alguns contratemplos, logo resolvidos, no alojamento dos visitantes.
- (E) Poucos turistas obteram a licença para permanecer mais tempo na região.

6. Palavras do texto que recebem acento gráfico pela mesma razão que o justifica na palavra **jacarés** estão reproduzidas em:

- (A) negócios e únicos.
- (B) município e amazônica.
- (C) mantém e tamanduás.
- (D) tucunarés e santuários.
- (E) ecológicos e tuiuiús.

7. A cidade de Corumbá, que se situa margens do rio Paraguai e uma distância de 420 quilômetros de Campo Grande, recebe turistas sempre dispostos pescar.

As lacunas da frase acima estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por

- (A) às - a - a
- (B) às - à - a
- (C) às - à - à
- (D) as - a - à
- (E) as - à - à

<p>8. A frase escrita de forma inteiramente clara e correta é:</p> <p>(A) As atividades de turismo, gerando as receitas do Estado e dos empresários é que se deve associar entre eles, com o devido respeito aos recursos naturais, para ser mantidos.</p> <p>(B) Com geração de receitas para o Estado, e além, ainda, para os empresários do turismo, a associação deles é importante, na manutenção dos recursos naturais da região.</p> <p>(C) Para manter a região com recursos naturais protegidos, precisam da assosiação do Estado e dos empresários para o turismo, com a geração desses.</p> <p>(D) É possível associar atividades de turismo, que geram receitas para o Estado e para os empresários do setor, com a manutenção dos recursos naturais da região.</p> <p>(E) Para a manutenção dos recursos naturais da região, com receitas do Estado e também dos empresários do setor de turismo, suas atividades, os quais deve estar associado entre si.</p>	<p>11. <i>A captura ilegal de animais silvestres só é superada pelo tráfico de drogas e de armas.</i></p> <p>Transpondo-se a frase acima para a voz ativa, a forma verbal passa a ser</p> <p>(A) supera. (B) superaram. (C) está superando. (D) tinha superado. (E) vai estar sendo superada.</p>
<p>Atenção: As questões de números 9 a 16 apóiam-se no texto apresentado abaixo.</p> <p><i>Um animal silvestre ameaçado de extinção, como o mico-leão-dourado, pode valer até US\$ 60 mil no exterior. Isso explica por que a captura ilegal é o terceiro maior negócio ilícito do mundo, só superado pelo tráfico de drogas e de armas. Isso explica também por que a ararinha-azul, que só existia no Brasil, foi extinta da natureza.</i></p> <p><i>De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, cerca de 100 espécies desaparecem todos os dias da face do planeta, sendo o comércio ilegal uma de suas principais causas. Estima-se que, no Brasil, esse tráfico seja responsável pela retirada de 38 milhões de animais por ano, apesar de saber-se que a cada dez animais retirados da natureza, apenas um sobrevive.</i></p> <p><i>Todos os anos o Brasil perde com o tráfico uma quantia financeira incalculável, além de recursos genéticos irrecuperáveis.</i></p> <p>(Adaptado de Na poltrona, Revista de bordo do Grupo Itapeirim, ano 6, n. 67, janeiro 2005, p. 10-11)</p>	<p>12. A forma correta de plural dos substantivos compostos mico-leão-dourado e ararinha-azul é</p> <p>(A) micos-leão-dourados e ararinhas-azul. (B) micos-leão-dourado e ararinha-azuis. (C) mico-leões-dourados e ararinha-azuis. (D) mico-leão-dourados e ararinhas-azul. (E) micos-leões-dourados e ararinhas-azuis.</p> <p>13. Pesquisadores que na defesa da ararinha-azul sabiam que difícil impedir a extinção delas.</p> <p>A colocação pronominal está correta nas formas</p> <p>(A) se envolveram - seria-lhes (B) se envolveram - lhes seria (C) envolveram-se - lhes seria (D) envolveram-se - ser-lhes-ia (E) envolveram-se - seria-lhes</p>
<p>9. <i>Todos os anos o Brasil <u>perde</u> com o tráfico uma quantia financeira incalculável...</i> (final do texto)</p> <p>A frase cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento do verbo grifado acima é:</p> <p>(A) Grupos de preocupação ecológica investem na proteção aos recursos naturais do país.</p> <p>(B) Compete à Justiça a aplicação de penalidades aos traficantes de animais silvestres, nos termos da lei.</p> <p>(C) O comércio de animais silvestres é prática ilegal, reprovada por toda a sociedade.</p> <p>(D) Animais silvestres transportados sem o devido cuidado acabam morrendo.</p> <p>(E) Pesquisadores destacam a necessidade de maior proteção aos recursos naturais do país.</p>	<p>14. O tráfico de animais silvestres constitui prática ilegal. Para <u>coibir a prática ilegal</u>, as autoridades responsáveis montam barreiras nas estradas, <u>o objetivo dessas barreiras</u> é impedir as tentativas de <u>exportar os animais silvestres</u>.</p> <p>Para tornar o segmento acima inteiramente correto, é preciso substituir os trechos grifados pelos pronomes correspondentes, na ordem,</p> <p>(A) coibir-a - cujo o objetivo - exportá-los. (B) coibir ela - onde o objetivo - exportar-lhes. (C) coibir-na - onde o objetivo - exportá-los. (D) coibi-la - cujo objetivo - exportá-los. (E) coibi-la - que o objetivo - exportar-lhes.</p>
<p>10. <i>... esse tráfico <u>seja</u> responsável pela retirada de 38 milhões de animais por ano...</i> (2º parágrafo)</p> <p>O uso da forma verbal grifada na frase acima, considerando-se o contexto, indica</p> <p>(A) uma realidade presente e concreta. (B) uma hipótese provável. (C) um fato desejado no presente. (D) uma dúvida sem razão de ser. (E) uma ação futura.</p>	<p>15. A frase corretamente pontuada é:</p> <p>(A) Para proteger, os animais especialmente os silvestres que são cobiçados, por seu valor comercial formaram-se grupos de empresários que se uniram, aos ambientalistas.</p> <p>(B) Para proteger os animais especialmente os silvestres, que são cobiçados por seu valor comercial formaram-se, grupos de empresários, que se uniram aos ambientalistas.</p> <p>(C) Para proteger os animais, especialmente os silvestres, que são cobiçados por seu valor comercial, formaram-se grupos de empresários que se uniram aos ambientalistas.</p> <p>(D) Para proteger os animais, especialmente, os silvestres que são cobiçados por seu valor comercial, formaram-se grupos, de empresários que se uniram aos ambientalistas.</p> <p>(E) Para, proteger os animais especialmente os silvestres, que são cobiçados, por seu valor comercial formaram-se, grupos de empresários que se uniram, aos ambientalistas.</p>

16. • *O animal silvestre dissemina sementes.*
 • *O animal silvestre é essencial para o equilíbrio do meio ambiente.*
 • *As sementes atuam na reprodução e na recomposição da vegetação.*
 • *As sementes participam da cadeia alimentar e perpetuam a vida.*

As frases acima estruturaram-se em um único período com lógica, clareza e correção, em:

- (A) O animal silvestre quando dissemina sementes, é essencial para equilibrar o meio ambiente, que essas sementes atuam na reprodução e na recomposição da vegetação, e participam da cadeia alimentar e perpetuam a vida.
- (B) O animal silvestre é essencial para o equilíbrio do meio ambiente, pois dissemina sementes que atuam na reprodução e na recomposição da vegetação, além de participar da cadeia alimentar, perpetuando a vida.
- (C) As sementes, as quais atuam na reprodução e na recomposição da vegetação, participam da cadeia alimentar e perpetuam a vida, é o animal silvestre que dissemina essas, essencial para o meio ambiente.
- (D) Essencial para o meio ambiente, as sementes reproduzem e recompõe a vegetação, que o animal silvestre lhes dissemina, sementes para participar da cadeia alimentar e perpetuar a vida.
- (E) O animal silvestre dissemina sementes já que atuam na reprodução e na recomposição da vegetação, com a participação da cadeia alimentar, para a perpetuação da vida, o qual é essencial para o meio ambiente.

17. Para responder a esta questão, considere o fragmento, reproduzido abaixo, de um informe publicitário da Prefeitura Municipal de Campo Grande.

➤ **QUALIDADE DE VIDA**

Campo Grande é uma das capitais brasileiras que oferece melhor índice de qualidade de vida. Urbanizada, arborizada, sem favelas e com avenidas largas, a Capital do Mato Grosso do Sul registra alto índice de satisfação de seus moradores e empreendedores.

A afirmativa INCORRETA, a partir dos elementos aí existentes, é:

- (A) Os verbos **oferecer** e **registrar** exigem o mesmo tipo de complemento.
- (B) ... *uma das capitais que oferece* – estaria correta também a forma de plural *oferecem*.
- (C) As vírgulas separam elementos de mesmo valor no trecho *Urbanizada, arborizada, sem favelas ...*
- (D) A vírgula empregada após a expressão **com avenidas largas** pode ser corretamente substituída por um travessão, sem alteração do sentido original.
- (E) O emprego do pronome possessivo **seus** introduz uma dificuldade de sentido no período, que teria sido evitada com o uso da forma **sua**.

18. Saiba mais sobre nossos serviços, acessando o site www.com.br

O verbo grifado em cada uma das alternativas, que está flexionado de maneira idêntica à do verbo também grifado na frase acima, é:

- (A) Estamos sempre dispostos a esclarecer suas dúvidas.
- (B) Aqui nós nos propomos a trabalhar com responsabilidade e cortesia.
- (C) Espere até sua senha ser apontada por um de nossos atendentes.
- (D) Esperamos que você esteja satisfeito com nosso atendimento.
- (E) Nosso atendimento personalizado busca o esclarecimento de possíveis dúvidas.

Atenção: Para responder às questões de números 19 e 20, considere o fragmento, transcrito abaixo, como parte de um convite enviado a uma Autoridade.

Enviamos o convite para a cerimônia de inauguração do nosso Espaço Cultural, no próximo sábado.

Esperamos contar com a presença nesse evento, tão importante para nossa cidade.

A, Senhor Leonardo Pataca

19. Se o convite estiver sendo enviado ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, as lacunas estarão corretamente preenchidas por

- (A) a V. Exa. - sua - Sua Excelência
- (B) a V. Exa. - vossa - Sua Excelência
- (C) a V. Exa. - sua - Vossa Excelência
- (D) a vós - sua - Sua Senhoria
- (E) a vós - vossa - Vossa Senhoria

20. Se o convite estiver sendo enviado ao Prefeito de sua cidade, as lacunas estarão corretamente preenchidas por

- (A) a V. Exa. - sua - Sua Excelência
- (B) a V. Sa. - vossa - Vossa Senhoria
- (C) a Sua Sa. - vossa - Vossa Excelência
- (D) a V. Sa. - sua - Sua Senhoria
- (E) a Sua Sa. - vossa - Vossa Senhoria

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Atenção: As questões de números 21 a 24 referem-se à Lei nº 8.666/93.

21. Durante o transcorrer do procedimento licitatório, o órgão da Administração Pública responsável pela realização do certame descumpriu determinada norma prevista no edital e, ainda, alterou o critério objetivo de julgamento das propostas. Em virtude deste fato, um dos licitantes pleiteou judicialmente a nulidade da licitação em razão da inobservância do princípio da
- (A) vinculação ao instrumento convocatório.
 - (B) impessoalidade.
 - (C) publicidade.
 - (D) adjudicação compulsória.
 - (E) probidade administrativa.

22. Observe as seguintes proposições referentes às modalidades de licitação:

- I. Tomada de preços é a modalidade de licitação cabível nas concessões de direito real de uso.
- II. Concorrência objetiva é a escolha de trabalho técnico ou artístico, com instituição prévia de prêmio ou remuneração.
- III. Para a regularidade da licitação na modalidade convite é imprescindível que se apresentem, no mínimo, três licitantes devidamente qualificados.
- IV. A venda de produtos legalmente apreendidos por parte do Poder Público deverá ser realizada sob a modalidade de licitação denominada leilão.

Estão corretas APENAS

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

23. Dentre outras hipóteses, é dispensável a licitação

- (A) para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (B) quando houver possibilidade de comprometimento de segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho Nacional de Justiça.
- (C) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- (D) para a contratação de serviços de auditoria financeira, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (E) quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas apresentarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado.

24. Sobre a formalização dos contratos administrativos, é INCORRETO afirmar:

- (A) É condição indispensável para a eficácia do contrato administrativo a publicação resumida de seu respectivo instrumento na imprensa oficial.
- (B) É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.
- (C) A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.
- (D) A carta-contrato é obrigatória nos casos de concorrência ou de tomada de preços, e facultativa em se tratando de convite.
- (E) Mediante o pagamento dos emolumentos devidos, qualquer interessado poderá obter cópia autenticada dos termos do contrato.

Atenção: As questões de números 25 a 33 referem-se à Lei nº 8.112/90.

25. Os candidatos aprovados em concurso público na esfera federal, cujo prazo de validade não expirou, aguardam a respectiva nomeação. Contudo, foram surpreendidos com a abertura de novo concurso para o preenchimento dos mesmos cargos. Esta decisão do órgão responsável pelo certame

- (A) somente é válida se todos os aprovados no concurso posterior alcançarem notas superiores às dos concursados anteriores.
- (B) é vedada, uma vez que não se admite a abertura de novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior, com prazo de validade não expirado.
- (C) é válida, desde que os cargos postos em disputa sejam de livre nomeação e o interesse público justifique a necessidade de novo concurso.
- (D) é permitida, desde que os classificados no concurso posterior não sejam nomeados antes dos concursados anteriores com direito à nomeação.
- (E) atende ao interesse público e possibilita que os aprovados em ambos os certames integrem uma única lista classificatória que será considerada para efeito de ordem de aproveitamento.

26. No que concerne à posse e ao exercício, é correto afirmar que:

- (A) O prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício é de quinze dias, contados da data da posse.
- (B) A posse ocorrerá no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de provimento.
- (C) O servidor será demitido do cargo se não entrar em exercício dentro do prazo de trinta dias, contados do ato de provimento.
- (D) Ao entrar em exercício, o servidor estável nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de doze meses.
- (E) A promoção interrompe o tempo de exercício, que passa a ser contado novamente para efeitos do estágio probatório.

<p>27. A investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física e mental verificada em inspeção médica, decorre da forma de provimento derivado denominada</p> <p>(A) reintegração. (B) recondução. (C) aproveitamento. (D) readaptação. (E) reversão.</p>	<p>31. Sobre o vencimento e a remuneração, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, mas não serão consideradas como efetivo exercício. (B) O servidor que for demitido em débito com o erário terá o prazo de sessenta dias para quitar seu débito. (C) Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei. (D) O servidor perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado. (E) O vencimento não será objeto de arresto, seqüestro ou penhora, salvo nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.</p>
<p>28. A vacância do cargo público decorrerá, dentre outras hipóteses, de</p> <p>(A) reversão. (B) posse em outro cargo inacumulável. (C) nomeação. (D) aproveitamento. (E) recondução.</p>	<p>32. No que tange à acumulação remunerada de cargos públicos, é correto afirmar que</p> <p>(A) é totalmente vedada a percepção de vencimento de cargo efetivo com proventos de inatividade. (B) a proibição de acumular não se aplica às empresas públicas nem às sociedades de economia mista. (C) o médico pode acumular a remuneração de dois cargos junto ao mesmo hospital municipal, independentemente da compatibilidade de horários. (D) é permitida a acumulação remunerada de dois cargos de professor, havendo compatibilidade de horários. (E) não se admite, em nenhuma hipótese, a acumulação remunerada de cargos públicos.</p>
<p>29. Com relação ao disposto sobre as férias observe as seguintes proposições:</p> <p>I. Dentre outras hipóteses, as férias poderão ser interrompidas por motivo de convocação para serviço eleitoral.</p> <p>II. As faltas ao serviço poderão ser levadas à conta de férias até o máximo de dez dias.</p> <p>III. O servidor poderá acumular suas férias, até o máximo de três períodos, no caso de necessidade do serviço.</p> <p>IV. As férias poderão ser parceladas em até três etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública.</p> <p>Estão corretas APENAS</p> <p>(A) I e II. (B) I e III. (C) I e IV. (D) II e III. (E) III e IV.</p>	<p>33. Em virtude de um mesmo ato comissivo praticado no desempenho de suas funções, constatou-se a responsabilidade administrativa, civil e penal do servidor público, que poderá</p> <p>(A) ser processado apenas na esfera penal, uma vez que esta, pela sua natureza, absorve as demais. (B) responder cumulativamente pelas sanções oriundas das três esferas, já que independentes entre si. (C) sofrer somente a penalidade administrativa, visto ser infração tipicamente administrativa. (D) ser passível apenas das penalidades decorrentes das esferas administrativa e penal, por ser falta disciplinar. (E) responder cumulativamente somente pelas sanções administrativa e civil, restando a penal absorvida pela primeira.</p>
<p>30. É certo que, o servidor poderá, diante de novos argumentos, interpor pedido de reconsideração perante a autoridade</p> <p>(A) que houver expedido o ato, que deverá decidir o pleito dentro do prazo improrrogável de 60 dias. (B) competente, dentro do prazo de 15 dias, a contar da publicação ou da ciência do ato impugnado. (C) imediatamente superior àquela que tiver expedido o ato, que decidirá em até 15 dias. (D) imediatamente superior à que tiver expedido a decisão, que decidirá dentro do prazo legal de 10 dias, podendo ser renovado uma única vez. (E) que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, que deverá decidir dentro do prazo de 30 (trinta) dias, não podendo ser renovado.</p>	<p>34. Nos termos da Constituição Federal de 1988, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil</p> <p>(A) construir uma sociedade igualitária. (B) garantir o desenvolvimento econômico. (C) reduzir as desigualdades sociais e regionais. (D) promover a defesa da paz. (E) garantir a dignidade da pessoa humana.</p>

<p>35. Um dos direitos individuais previstos no artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, é o direito</p> <p>(A) à previdência social.</p> <p>(B) à moradia.</p> <p>(C) à educação.</p> <p>(D) à saúde.</p> <p>(E) de propriedade.</p>	<p>38. No que concerne aos partidos políticos, nos termos da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que</p> <p>(A) os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, registrarão seus Estatutos no Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(B) o funcionamento parlamentar de acordo com a lei é um dos preceitos a serem observados no caso de fusão de partidos políticos.</p> <p>(C) os partidos políticos têm acesso gratuito e ilimitado ao rádio e à televisão.</p> <p>(D) a extinção de partidos políticos é livre, não estando subordinada à prestação de contas à Justiça Eleitoral.</p> <p>(E) os partidos políticos poderão receber recursos financeiros de entidade estrangeira.</p>
<p>36. No que diz respeito à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, é correto afirmar:</p> <p>(A) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal do candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.</p> <p>(B) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos.</p> <p>(C) Se, decorridos trinta dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo força maior, não tiver assumido o cargo, esse será declarado vago.</p> <p>(D) Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita dez dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, nos termos da lei.</p> <p>(E) Em caso de impedimento ou vacância do Presidente e de seu Vice, serão chamados sucessivamente o Presidente do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.</p>	<p>39. NÃO constitui um dos princípios da administração pública direta e indireta expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal de 1988, a</p> <p>(A) publicidade.</p> <p>(B) eficiência.</p> <p>(C) impessoalidade.</p> <p>(D) moralidade.</p> <p>(E) proporcionalidade.</p>
<p>37. Constitui um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, previstos no artigo 7º, da Constituição Federal de 1988:</p> <p>(A) Ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de 5 anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de 3 anos após a extinção do contrato de trabalho.</p> <p>(B) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar, que preverá indenização prévia, dentre outros direitos.</p> <p>(C) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e duas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva.</p> <p>(D) Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo.</p> <p>(E) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.</p>	<p>40. A associação profissional ou sindical é livre. Dentre as regras de observância obrigatória a respeito de tais associações, previstas na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que</p> <p>(A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.</p> <p>(B) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.</p> <p>(C) a filiação a sindicato e a manutenção desta condição é facultativa.</p> <p>(D) ao sindicato cabe defender apenas os direitos e interesses coletivos da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas.</p> <p>(E) a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é dispensável.</p> <p>41. Um dos princípios expressos na Constituição Federal de 1988 que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil é:</p> <p>(A) Zelar pela soberania.</p> <p>(B) Erradicação da pobreza.</p> <p>(C) Garantir o desenvolvimento internacional.</p> <p>(D) Prevalência dos direitos humanos.</p> <p>(E) Pluralismo político.</p>

<p>42. Os artistas que participaram de um filme rodado e exibido no Brasil, e que será apresentado no México e em países da Europa, têm os lucros e dividendos assegurados e protegidos em virtude da garantia constitucional</p> <p>(A) de proteção à reprodução da imagem e voz.</p> <p>(B) da inviolabilidade das comunicações.</p> <p>(C) do direito adquirido.</p> <p>(D) do direito à liberdade de expressão da atividade artística.</p> <p>(E) do direito autoral.</p>	<p>45. Assinale a alternativa que contém TODAS as espécies normativas primárias que compreendem o processo legislativo, enumeradas na Constituição Federal de 1988.</p> <p>(A) Emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e portarias.</p> <p>(B) Emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções e portarias.</p> <p>(C) Emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.</p> <p>(D) Emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, resoluções e portarias.</p> <p>(E) Emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias e portarias.</p>
<p>43. No que concerne aos direitos e garantias fundamentais, especificamente no Capítulo destinado à nacionalidade, é correto afirmar que</p> <p>(A) são brasileiros naturalizados os que adquiram a nacionalidade brasileira, sendo exigida aos originários de países de língua portuguesa apenas residência no Brasil por seis meses ininterruptos.</p> <p>(B) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira, em qualquer circunstância.</p> <p>(C) são brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes no Brasil há mais de dez anos, ininterruptos e sem condenação criminal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.</p> <p>(D) são brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, em qualquer condição.</p> <p>(E) o brasileiro que obtiver reconhecimento de sua nacionalidade originária pela lei estrangeira não perderá a nacionalidade brasileira.</p>	<p>46. No que concerne aos servidores públicos, é correto afirmar:</p> <p>(A) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável se aposentará com remuneração proporcional ao tempo de serviço.</p> <p>(B) A única hipótese em que o servidor estável perde o cargo é através de sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(C) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para o cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.</p> <p>(D) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem.</p> <p>(E) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação semestral de desempenho.</p>
<p>44. Sobre os direitos políticos consagrados na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que</p> <p>(A) a idade mínima de vinte e um anos para Vereador é condição de elegibilidade.</p> <p>(B) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de sessenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.</p> <p>(C) a idade mínima de quarenta anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador é condição de elegibilidade.</p> <p>(D) a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data da publicação e somente terá aplicação na eleição que ocorra após um ano da data de sua vigência.</p> <p>(E) o Governador do Estado deverá renunciar ao respectivo mandato até cinco meses antes do pleito eleitoral para concorrer a outros cargos.</p>	<p>47. Considera-se empregado toda pessoa física</p> <p>(A) que prestar serviços de natureza não-eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.</p> <p>(B) ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.</p> <p>(C) que prestar serviços de natureza eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.</p> <p>(D) ou jurídica que prestar serviços de natureza eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.</p> <p>(E) que prestar serviços de natureza eventual ou não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.</p>

48. Considere as seguintes assertivas a respeito de empregador, de acordo com o Decreto-Lei nº 5.452/43:

- I. As instituições de beneficência bem como os profissionais liberais, que admitirem trabalhadores como empregados, equiparam-se ao empregador para os efeitos exclusivos da relação de emprego.
- II. Considera-se empregador a empresa individual que, não assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige pessoalmente a prestação de serviço ou delega a direção.
- III. Sempre que uma ou mais empresas, embora tendo, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção de outra, constituindo grupo industrial serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

49. O prazo de prescrição para o empregado urbano ou rural propor ação na Justiça do Trabalho, contado da cessação do contrato de trabalho, é de

- (A) 7 anos.
- (B) 5 anos.
- (C) 4 anos.
- (D) 3 anos.
- (E) 2 anos.

50. Quando o salário-mínimo mensal do empregado que tenha direito a percentagem for integrado por parte fixa e parte variável,

- (A) ser-lhe-á garantido o salário-mínimo, somente em alguns casos determinados em leis, permitindo-se desconto em mês subsequente a título de compensação.
- (B) ser-lhe-á garantido o salário-mínimo, somente em alguns casos determinados em leis, vedado qualquer desconto em mês subsequente a título de compensação.
- (C) ser-lhe-á sempre garantido o salário-mínimo, vedado qualquer desconto em mês subsequente a título de compensação.
- (D) ser-lhe-á sempre garantido o salário-mínimo, permitindo-se desconto em mês subsequente a título de compensação.
- (E) não será garantido o salário mínimo, exatamente em razão de ser o salário integrado por parte fixa e parte variável.

51. De acordo com o Decreto Lei nº 5.452/43, os serventuários que, sem motivo justificado, não realizarem os atos, dentro dos prazos fixados, serão descontados em seus vencimentos

- (A) em um dia de serviço contado em dobro.
- (B) em dez dias de serviço simples.
- (C) em dez dias de serviço contados em dobro.
- (D) de 5 a 10 dias de serviço simples.
- (E) em tantos dias quantos os do excesso.

52. De acordo com o Decreto Lei nº 5.452/43, compete ao distribuidor

- (A) a autuação, o andamento, a guarda e a conservação dos processos e outros papéis que lhe forem encaminhados.
- (B) o registro das decisões, bem como a realização das penhoras e demais diligências processuais.
- (C) o fornecimento a qualquer pessoa que o solicite, verbalmente ou por certidão, de informações sobre os feitos distribuídos.
- (D) a informação, às partes interessadas e seus procuradores, do andamento dos respectivos processos, cuja consulta lhes facilitará.
- (E) proceder com a contagem das custas devidas pelas partes, nos respectivos processos.

53. Considere as seguintes assertivas:

- I. As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, mesmo na falta de disposições legais ou contratuais, não poderão decidir por analogia ou por equidade.
- II. Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.
- III. Salvo disposição especial expressamente consignada, considera-se como serviço efetivo apenas o período em que o empregado esteja efetivamente executando ordens do empregador.

De acordo com o Decreto Lei nº 5.452/43, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

54. Considere as seguintes assertivas a respeito dos atos e termos processuais.

- I. A penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz.
- II. Os termos relativos ao movimento dos processos constarão de simples notas, datadas e rubricadas pelos chefes de secretarias ou escrivães.
- III. Os atos e termos processuais não poderão ser escritos à tinta ou a carimbo, devendo ser datilografados.

De acordo com o Decreto Lei nº 5.452/43, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) II.

<p>55. Os prazos processuais</p> <p>(A) contam-se, em regra, com a inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.</p> <p>(B) podem, excepcionalmente, serem prorrogados em virtude de força maior, devidamente comprovada.</p> <p>(C) não são contínuos mas são releváveis, em regra, por expressa determinação legal.</p> <p>(D) que vencerem em sábado, domingo ou dia feriado, terminarão no segundo dia útil subsequente.</p> <p>(E) não terão, necessariamente, o seu vencimento certificado nos processos pelos escrivães ou secretários.</p>	<p>58. Com relação à reclamação perante a Justiça do Trabalho, considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. A reclamação poderá ser apresentada pelos empregados e empregadores, pessoalmente, ou por seus representantes.</p> <p>II. A reclamação deverá, obrigatoriamente, ser apresentada de forma escrita, uma vez que na Justiça do Trabalho é vedada a reclamação verbal.</p> <p>III. A reclamação poderá ser apresentada pelos sindicatos de classe, mediante advogado.</p> <p>De acordo com o Decreto Lei nº 5.452/43, está correto o que afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>56. De acordo com o Decreto Lei nº 5.452/43, a reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes,</p> <p>(A) apenas pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato ou curador nomeado em juízo.</p> <p>(B) apenas pela Procuradoria da Justiça do Trabalho ou pelo Ministério Público estadual.</p> <p>(C) apenas pela Procuradoria da Justiça do Trabalho ou pelo curador nomeado em juízo.</p> <p>(D) apenas pelo curador nomeado em juízo ou pelo sindicato.</p> <p>(E) pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.</p>	<p>59. Sendo várias as reclamações</p> <p>(A) poderão ser acumuladas num só processo, desde que trate de empregados da mesma empresa ou estabelecimento, independentemente de ter identidade de matéria.</p> <p>(B) poderão ser acumuladas num só processo, desde que haja identidade de matéria e trate de empregados da mesma empresa ou estabelecimento.</p> <p>(C) poderão ser acumuladas num só processo, desde que haja identidade de matéria, independentemente de tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento.</p> <p>(D) poderão ser acumuladas num só processo, independentemente de ter identidade de matéria ou de tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento.</p> <p>(E) não poderão ser acumuladas num só processo, em razão de expressa vedação legal a qualquer tipo de acumulação de processos.</p>
<p>57. De acordo com o Decreto Lei nº 5.452/43, com relação às audiências é correto afirmar:</p> <p>(A) Do registro das audiências poderão ser fornecidas certidões às pessoas que as requererem.</p> <p>(B) As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho, em regra, não serão públicas, não havendo, também, limite de horário para a sua realização.</p> <p>(C) Não poderão, em nenhuma hipótese, serem convocadas audiências extraordinárias, por expressa vedação legal.</p> <p>(D) O comparecimento dos escrivães ou secretários às audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho é facultativo.</p> <p>(E) Se, na hora marcada, as partes não houverem comparecido à audiência, o juiz deverá aguardá-las, obrigatoriamente, por mais 15 minutos.</p>	<p>60. De acordo com o Decreto Lei nº 5452/43, com relação aos processos na Justiça do Trabalho é correto afirmar que</p> <p>(A) as partes poderão requerer certidões somente dos processos em curso, as quais serão lavradas pelos escrivães.</p> <p>(B) os autos dos processos da Justiça do Trabalho não poderão, em nenhuma hipótese, sair dos cartórios ou secretarias.</p> <p>(C) as partes ou seus procuradores não poderão consultar, com ampla liberdade, os processos nos cartórios ou secretarias.</p> <p>(D) os documentos juntos aos autos poderão ser desentranhados somente depois de findo o processo, ficando traslado.</p> <p>(E) as certidões dos processos não dependem de despacho do juiz, inclusive dos processos que correrem em segredo de justiça.</p>